



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares

Ofº n.º 3579/MAP -03 Maio 2010

Exma. Senhora
Secretária-Geral da
Assembleia da República
Conselheira Adelina Sá Carvalho

S/referência **S/comunicação de** **N/referência** **Data**

ASSUNTO: **RESPOSTA AO REQUERIMENTO N.º 237/XI/1ª**

Encarrega-me o Ministro dos Assuntos Parlamentares de enviar cópia do ofício n.º 1757/2010/1699 de 03 do corrente do Gabinete da Senhora Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

André Miranda

MO



MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
Gabinete da Ministra

**Exmo. Senhor
Dr. André Miranda
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o
Ministro dos Assuntos Parlamentares**

**Palácio de S. Bento (A.R.)
1249-068 Lisboa**

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa Referência	Data
Ofº nº 2058/MAP	16.3.2010	MAOT/1757/2010/1699 PROCº 48.01	03-05-2010

Assunto: Resposta ao Requerimento n.º 237/XI/1ª – Estudo de Avaliação dos Impactos da Aplicação do Plano De Ordenamento do Parque Natural da Arrábida

Em resposta ao Requerimento n.º 237/XI/1.ª, de 16 de Março de 2010, apresentada pelo grupo parlamentar do Partido Comunista Português, encarrega-me Sua Excelência a Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território, de informar V. Exa. do seguinte:

Estão em curso no Parque Natural estudos e trabalhos de gestão e conservação da Natureza e biodiversidade, com especial foco nos habitats protegidos a nível europeu, não se tratando no entanto de trabalhos de avaliação do próprio POPNA. De resto, esta avaliação, pelo menos no que diz respeito à área de Parque Marinho seria muito prematura, uma vez que apesar da aprovação do seu regulamento há 4 anos, as restrições à actividade de pesca profissional foram faseadas no tempo, ao longo desses 4 anos. A título de exemplo, refira-se que a área sem exploração de recursos (área de protecção total) só entrou plenamente em vigor há 8 meses. Esta opção de faseamento tem pelo menos uma consequência claramente assumida e que é o atraso nos efeitos positivos que se podem esperar da implementação de uma área marinha protegida, tal como reportados para este tipo de áreas a nível internacional.



MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
Gabinete da Ministra

Quanto aos trabalhos efectivamente em curso na área do Parque, devemos destacar um projecto Life-Natureza, designado BIOMARES e que visa a recuperação e gestão da biodiversidade do Parque Marinho, no âmbito da protecção dos habitats protegidos a nível europeu. O projecto decorre desde 2007 e terminará no final deste ano. De entre as numerosas acções nele incluídas destaca-se, neste contexto, a avaliação da actividade de pesca e a sua monitorização, por um lado, e a monitorização da biodiversidade por outro. Ambos estes domínios podem apresentar resultados preliminares neste momento. A monitorização da pesca está particularmente condicionada pelas muito recentes alterações de ordenamento decorrentes do faseamento do POPNA, indicando no entanto os primeiros sinais de recuperação das áreas com maior estatuto de protecção. A monitorização da biodiversidade, revela que foram acrescentadas ao património conhecido para o Parque Marinho mais de 200 espécies, entre as quais algumas ameaçadas.

Uma série de relatórios preliminares sobre estas acções e as demais do projecto BIOMARES podem ser encontradas no site oficial do projecto, em:
<http://www.ccmар.ualg.pt/biomares/>

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Luís Morbey

/MT